

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Desafios e Oportunidades para a Efetivação do Direito Ambiental: Um Enfoque na Fiscalização e Responsabilização

Autor(res)

Felipe De Almeida Campos
Luiza Vieira Lage Avelar
Graziela Gonçalves Da Silva

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE

Introdução

A fiscalização ambiental muitas vezes é prejudicada pela escassez de recursos financeiros e humanos, o que limita a capacidade dos órgãos responsáveis de realizar monitoramentos eficazes e aplicar sanções adequadas. Além disso, a complexidade das leis ambientais dificulta a interpretação e aplicação uniforme, resultando em lacunas na fiscalização. A impunidade dos infratores também mina a eficácia do sistema jurídico ambiental, desestimulando o cumprimento das leis e incentivando comportamentos degradantes. Porém, ao fortalecer a fiscalização e responsabilização, abrem-se oportunidades para promover a conscientização, a transparência e a participação pública, elementos essenciais para o sucesso da implementação do Direito Ambiental e a preservação do meio ambiente para as gerações futuras.

Objetivo

Este estudo visa, em consonância com os desafios e oportunidades, analisar a fiscalização e responsabilização no Direito Ambiental. O objetivo é propor estratégias para fortalecer sua eficácia, garantindo a proteção dos recursos naturais e promovendo a sustentabilidade. Além disso, investiga o impacto dessas medidas na conscientização da sociedade sobre a importância da preservação ambiental.

Material e Métodos

Para atingir os objetivos propostos, foram realizadas revisões bibliográficas e análises documentais para identificar os principais obstáculos na fiscalização e responsabilização ambiental. Além disso, foram consideradas experiências práticas e estudos de caso para embasar as discussões sobre possíveis soluções. Essa abordagem permitiu uma compreensão abrangente dos desafios enfrentados e das melhores práticas existentes. A análise comparativa de diferentes contextos e estratégias de fiscalização contribuiu para identificar informações valiosas e recomendações específicas para fortalecer a implementação do Direito Ambiental.

Resultados e Discussão

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Os resultados revelaram que os principais obstáculos na fiscalização e responsabilização ambiental incluem a falta de recursos, complexidade das leis ambientais, impunidade dos infratores e corrupção. No entanto, as análises documentais e estudos de caso também destacaram algumas soluções promissoras, como o uso de tecnologias de monitoramento, fortalecimento institucional e maior envolvimento da sociedade civil. Essas abordagens podem ajudar a superar os desafios identificados e melhorar a eficácia da fiscalização ambiental. A análise comparativa de diferentes estratégias de fiscalização também ressaltou a importância da coordenação entre os órgãos governamentais e o setor privado, bem como a necessidade de políticas de aplicação da lei mais rigorosas e transparentes. Esses resultados fornecem informações importantes para fortalecer a implementação do Direito Ambiental e garantir a proteção dos recursos naturais.

Conclusão

Os desafios na fiscalização e responsabilização no Direito Ambiental são significativos, mas há oportunidades para melhorias com tecnologia, fortalecimento institucional e participação da sociedade civil. A análise destaca a importância de abordagens integradas e da cooperação para garantir a eficácia das medidas de proteção ambiental. É essencial políticas transparentes e na aplicação rigorosa da lei para promover a sustentabilidade e preservar os recursos naturais para as futuras gerações.

Referências

Farias, T. (2023, maio 6). Ambiente jurídico: Considerações sobre a fiscalização ambiental. ConJur.

Buscador de Direito. (s.d.). A responsabilidade civil do Estado por omissão na fiscalização nos crimes ambientais.

Jusbrasil. (s.d.). A responsabilidade civil solidária e subsidiária da administração pública por danos ao meio ambiente decorrente de sua omissão no dever de fiscalização.